

SUMÁRIO

Parte I Introdução

Capítulo 1	
DISPOSIÇÕES GERAIS DO LIVRO	39
1.1. Divisão didática do livro	39
1.2. Divisão entre cumprimento de sentença e execução de título extrajudicial	41

Parte II Disposições Gerais do Processo Executivo

Capítulo 2	
TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO	47
2.1. Ação de conhecimento e ação de execução	47
2.2. Tutela executiva	51
2.3. Formas de execução: direta e indireta	54
2.4. Efetividade da execução	56
2.5. Título executivo	58
2.5.1. Requisitos do título executivo (da obrigação)	64
2.6. Tipicidade e atipicidade das medidas executivas	66
2.7. Exceção do contrato não cumprido	82
2.8. Cumulação de execuções	85
Capítulo 3	
PRINCÍPIOS DO PROCESSO EXECUTIVO	89
3.1. Observações gerais	89
3.2. Autonomia	90

3.3. Nulla executio sine titulo	93
3.4. Tipicidade	97
3.5. Contraditório	102
3.6. Patrimonialidade.....	106
3.7. Utilidade.....	109
3.8. Desfecho único	111
3.9. Menor onerosidade	113
3.10. Livre disponibilidade	117

Capítulo 4

RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL **121**

4.1. Breve histórico.....	121
4.2. Responsabilidade subjetiva	123
4.3. Responsabilidade objetiva	127
4.4. Ato atentatório à dignidade da Justiça	131
4.5. Fraude à execução	136
4.5.1. Diferença para fraude contra credores	140
4.5.2. Procedimento	143
4.5.3. Hipóteses de cabimento	144
4.5.4. Efeitos da fraude à execução	156

Capítulo 5

PRESCRIÇÃO..... **159**

5.1. Regra geral.....	159
5.2. Prescrição e liquidação.....	161
5.3. Prescrição intercorrente	165

Capítulo 6

LIQUIDAÇÃO **173**

6.1. Disposições gerais.....	173
6.2. Legitimidade.....	177
6.3. Competência.....	178
6.4. A extinta liquidação por cálculos.....	180
6.5. Liquidação por arbitramento	181
6.6. Liquidação pelo procedimento comum	184
6.7. Modificação do procedimento.....	186
6.8. Liquidação de título extrajudicial.....	187
6.9. Liquidação com dano zero e <i>non liquet</i>	189
6.10. Honorários advocatícios	192

Parte III Cumprimento de Sentença

Capítulo 7	
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – PARTE GERAL.....	199
7.1. Disposições gerais.....	199
7.2. Petição inicial.....	203
7.3. Competência.....	205
7.4. Intimação do devedor.....	210
7.5. Honorários advocatícios.....	216
7.6. Protesto.....	220
Capítulo 8	
TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS.....	223
8.1. Esboço geral.....	223
8.2. Decisões de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.....	224
8.3. A decisão homologatória de autocomposição judicial.....	228
8.4. Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza.....	230
8.5. Formal e a certidão de partilha.....	231
8.6. Crédito de auxiliar da justiça.....	232
8.7. Sentença penal condenatória transitada em julgado.....	232
8.8. Sentença arbitral.....	234
8.9. Sentença e decisão interlocutória estrangeiras.....	236
Capítulo 9	
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÕES DE PAGAR QUANTIA CERTA	243
9.1. Disposições gerais.....	243
9.2. Petição inicial.....	244
9.3. Intimação.....	245
9.4. Prazo para pagamento.....	247
9.5. Multa pelo não cumprimento da obrigação.....	252
9.6. Pagamento voluntário x pagamento espontâneo.....	253
9.7. Honorários.....	258
9.8. Penhora.....	260
Capítulo 10	
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER	261
10.1. Disposições gerais.....	261
10.2. Tutela específica.....	263

10.3. Resultado prático equivalente	264
10.4. Procedimento.....	266
10.5. Medidas coercitivas.....	268
10.6. Multa (astreintes).....	271
10.6.1. Aplicação da multa à Fazenda Pública.....	279
10.6.2. Intimação do devedor para incidência de multa	281
10.7. Conversão em perdas e danos.....	283
Capítulo 11	
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÕES DE ENTREGAR COISA CERTA.....	289
11.1. Disposições gerais.....	289
11.2. Algumas especificidades	290
Capítulo 12	
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÕES ALIMENTARES.....	293
12.1. Classificação das obrigações alimentares.....	293
12.2. Legitimados	296
12.3. Competência.....	298
12.4. Procedimentos	299
12.4.1. Rito da prisão.....	300
12.4.2. Rito das obrigações de pagar quantia certa.....	306
12.4.3. Rito da prisão em caso de dívida alimentar pelos avós.....	309
12.5. Protesto.....	314
12.6. Desconto em folha	315
Capítulo 13	
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DAS OBRIGAÇÕES CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	317
13.1. Disposições gerais.....	317
13.2. Legitimidade.....	319
13.3. Competência.....	322
13.4. Petição inicial	323
13.5. Procedimento.....	324
13.6. Honorários advocatícios	325
13.7. Sistema de precatórios e RPV.....	331
13.7.1. Precatórios	332
13.7.1.1. Juros e correção monetária nos precatórios.....	344
13.7.2. Requisição de pequeno valor (RPV)	354

Capítulo 14

CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA.....	359
14.1. Regras gerais	359
14.2. Requisitos	361
14.3. Incidência de multa	362
14.4. Cumprimento provisório incompleto	363
14.5. Cumprimento provisório completo.....	364
14.5.1. Caução	364
14.5.2. Outras hipóteses	365
14.5.3. Responsabilidade objetiva.....	368
14.6. Honorários advocatícios	370
14.7. Cumprimento provisório contra a Fazenda Pública.....	371

Capítulo 15

IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	375
15.1. Disposições gerais	375
15.2. Competência.....	377
15.3. Prazo da impugnação	378
15.4. Impugnação no cumprimento de sentença das obrigações de pagar quantia certa.....	379
15.4.1. Requisitos.....	380
15.4.2. Matérias de cognição	381
15.4.2.1. Falta ou nulidade da citação	382
15.4.2.2. Ilegitimidade de parte.....	383
15.4.2.3. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação .	384
15.4.2.4. Penhora incorreta ou avaliação errônea	386
15.4.2.5. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	387
15.4.2.6. Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução..	390
15.4.2.7. Causa modificativa ou extintiva da obrigação	391
15.4.3. Coisa julgada inconstitucional	394
15.5. Impugnação ao cumprimento nas obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa certa.....	414
15.6. Impugnação ao cumprimento contra a Fazenda Pública.....	415
15.7. Efeito suspensivo.....	418
15.8. Procedimento.....	421
15.9. Honorários	423

Parte IV
Execução de Título Extrajudicial

Capítulo 16	
PARTE GERAL.....	427
16.1. Introdução.....	427
16.2. Legitimidade.....	429
16.3. Intervenção de terceiros.....	432
16.4. Competência.....	440
16.5. Petição inicial.....	442
16.5.1. Valor da causa.....	447
16.6. Benefício da gratuidade de justiça.....	448
16.7. Citação.....	449
Capítulo 17	
TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS.....	453
17.1. Esboço geral.....	453
17.2. Títulos de crédito.....	457
17.3. Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor.....	458
17.4. Documento particular assinado por duas testemunhas.....	460
17.5. Contratos eletrônicos.....	462
17.6. Instrumentos de transação.....	465
17.7. Contrato garantido por direito real de garantia ou por caução.....	466
17.8. Contrato de seguro de vida em caso de morte.....	468
17.9. Crédito decorrente de foro e laudêmio.....	470
17.10. Crédito decorrente de aluguel de imóvel e encargos acessórios.....	472
17.11. Certidão de dívida ativa.....	474
17.12. Crédito referente às contribuições de condomínio edilício.....	475
17.13. Certidão expedida por serventia notarial ou de registro.....	476
17.14. Contrato de contragarantia.....	478
17.15. Demais títulos aos quais a lei atribui força executiva.....	479
Capítulo 18	
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – PAGAR QUANTIA CERTA.....	483
18.1. Disposições gerais.....	483
18.2. Petição inicial.....	485
18.3. Citação.....	487
18.4. Prazo para pagamento.....	489
18.5. Honorários advocatícios.....	491
18.6. Sanção premial.....	493

18.7. Averbação da execução.....	494
18.8. Inscrição no cadastro de inadimplentes	497
18.9. Atitudes do executado.....	499
18.10.....	
Arresto	500
18.11.....Fase instrutória.....	501
Capítulo 19	
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – FAZER, NÃO FAZER E ENTREGAR COISA	505
19.1. Disposições Gerais	505
19.2. Obrigações de fazer	506
19.2.1. Conversão em perdas e danos	508
19.3. Obrigações de não fazer	511
19.4. Obrigações de entregar coisa.....	512
Capítulo 20	
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – OBRIGAÇÃO ALIMENTAR.....	515
20.1. Disposições gerais.....	515
20.2. Aspectos procedimentais.....	515
Capítulo 21	
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – FAZENDA PÚBLICA.....	519
21.1. Disposições gerais.....	519
21.2. Aspectos procedimentais.....	520
Capítulo 22	
EMBARGOS À EXECUÇÃO	525
22.1. Disposições gerais.....	525
22.2. Legitimidade.....	526
22.3. Competência.....	528
22.4. Prazo de ajuizamento.....	528
22.5. Parcelamento da dívida.....	530
22.6. Cognição dos embargos.....	533
22.6.1. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....	535
22.6.2. Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	536
22.6.3. Excesso de execução.....	537
22.6.4. Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis.....	539
22.6.5. Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	539
22.6.6. Matérias passíveis de alegação em processo de conhecimento	540

22.7. Efeito suspensivo.....	541
22.8. Procedimento.....	546
22.9. Defesas heterotópicas	548

Parte V Penhora e Expropriação

Capítulo 23	
PENHORA	553
23.1. Generalidades	553
23.2. Efeitos da penhora	555
23.3. Legitimidade, lugar e tempo de realização.....	558
23.4. Bens penhoráveis.....	560
23.4.1. Bens indivisíveis	561
23.4.2. Criptomoedas	563
23.5. Ordem legal de penhora	568
23.6. Penhora on-line.....	571
23.7. Impenhorabilidade.....	575
23.7.1. Móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do devedor	580
23.7.2. Impenhorabilidade de salário	581
23.7.3. Poupança até 40 salários mínimos.....	592
23.7.4. Seguro de vida.....	594
23.7.5. Pequena propriedade rural.....	599
23.7.6. Impenhorabilidade do bem de família.....	600
23.7.7. Hospitais filantrópicos	604
23.7.8. Renúncia à impenhorabilidade	605
23.7.9. Bens relativamente impenhoráveis.....	607
23.8. Modificação da penhora.....	613
23.9. Substituição do bem penhorado	616
23.10. Remição	622
23.11. Avaliação do bem penhorado	625
Capítulo 24	
MEIOS DE EXPROPRIAÇÃO	631
24.1. Concepção geral	631
24.2. Adjudicação.....	632
24.2.1. Legitimidade para adjudicar	636
24.3. Alienação por iniciativa particular	642

24.3.1. Alienação antecipada	648
24.4. Leilão judicial	649
24.5. Arrematação.....	656
24.5.1. Preço vil	661
24.5.2. Auto de arrematação.....	662
24.5.3. Carta de arrematação	663
24.5.4. Desfazimento da arrematação – impugnação e desistência.....	664

Capítulo 25**SATISFAÇÃO DO CRÉDITO 669**

25.1. Generalidades	669
25.2. Satisfação direta	670
25.2.1. Satisfação indireta	671

Parte VI**Defesas Atípicas, Suspensão e Encerramento da Execução****Capítulo 26****EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE..... 675**

26.1. Disposições gerais.....	675
26.2. Cabimento e procedimento	677
26.3. Utilidade da exceção diante do CPC/15	681

Capítulo 27**EMBARGOS DE TERCEIROS..... 683**

27.1. Disposições gerais.....	683
27.2. Natureza jurídica	686
27.3. Conceito de terceiro. Legitimidade.	689
27.4. Prazo e termo inicial	693
27.5. Requisitos E PROCEDIMENTO	694
27.6. Tutela provisória.....	698
27.7. Sentença e seus efeitos.....	699

Capítulo 28**SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO 701**

28.1. Introdução	701
28.2. Suspensão do processo conforme arts. 313 e 315 do CPC	704
28.3. Embargos à execução com efeito suspensivo	709
28.4. Inexistência de bens penhoráveis.....	710
28.5. Falta de licitantes para a arrematação	712

28.6. Parcelamento da execução	712
28.7. Convenção das partes	713
Capítulo 29	
ENCERRAMENTO DA EXECUÇÃO	717
29.1. Introdução	717
29.2. Indeferimento da petição inicial	718
29.3. Satisfação da obrigação	719
29.4. Obtenção, por qualquer meio, da extinção total da dívida	720
29.5. Renúncia ao crédito.....	722
29.6. Prescrição intercorrente	723
29.7. Ato processual de extinção da execução	724
29.8. Execução frustrada.....	724
Capítulo 30	
ALGUMAS LINHAS SOBRE DESJUDICIALIZAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS DA EXECUÇÃO.....	727
30.1. Desjudicialização da execução	727
30.2. Soluções tecnológicas em auxílio à execução	732
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	741
Apêndice	
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI QUE TRATA DA DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO (PL 6204/2019).....	757